

Motivações semântico-pragmáticas para a ordenação dos argumentos na construção ditransitiva

Semantic-pragmatic motivations for argument ordering in the ditransitive construction

Maria Angélica Furtado da Cunha

Universidade Federal do Rio Grande do Norte

angefurtado@gmail.com

Resumo: O objetivo deste artigo é demonstrar que, embora a construção ditransitiva do PB possa ser instanciada por dois padrões sintáticos que expressam o mesmo conteúdo, eles diferem em termos discursivo-pragmáticos. Nesse sentido, esses padrões constituem diferentes possibilidades de instanciação da mesma construção, e não duas construções distintas. A análise segue os pressupostos teórico-metodológicos da Linguística Funcional Centrada no Uso e da Gramática de Construções. Em termos de metodologia, a investigação conjuga elementos quantitativos e qualitativos na investigação da construção ditransitiva. A fonte dos dados é o *Corpus Discurso & Gramática*. O exame do material empírico comprovou que as alternativas de ordenação dos argumentos da construção ditransitiva do PB sinalizam diferentes perspectivas do evento referencial. Fatores discursivo-pragmáticos, semânticos e gramaticais motivam a preferência pela ordenação do objeto indireto antes do objeto direto nessas orações.

Palavras-chave: construção ditransitiva; argumentos; motivações.

Abstract: This paper aims at demonstrating that, although the ditransitive construction in Brazilian Portuguese can be instantiated by two syntactic patterns, which express the same content, they differ in discourse-pragmatic terms. In this sense, these patterns are not two different constructions, but

different possibilities of instantiating the same construction. The analysis follows the theoretical and methodological principles of both *Linguística Funcional Centrada no Uso* and *Construction Grammar*. In terms of methodology, the investigation joins quantitative and qualitative elements in the investigation of the ditransitive construction. The database for the study is the *Corpus Discurso & Gramática*. The analysis of the data has proved that the ordering of the ditransitive construction arguments points to different construals of the referential event. Pragmatic, semantic and grammatical elements motivate the preference for the ordering of the indirect object before the direct object in these clauses

Keywords: ditransitive construction; arguments; motivations.

Recebido em: 22 de novembro de 2015.

Aprovado em: 3 de agosto de 2016.

1 Introdução

A construção ditransitiva do inglês é descrita como um pareamento forma-significado cujo sentido central é “agente faz com que o recipiente receba o tema”, codificado como $S V O_1 O_2$ (GOLDBERG, 1995; TRAUGOTT; TROUSDALE, 2013). No português do Brasil (PB), a construção ditransitiva¹ tem o mesmo significado básico do inglês e do espanhol (GARCÍA-MIGUEL; COMESAÑA, 2004), ou seja, o significado de transferência associado a verbos de oferecimento, cujo protótipo é *dar*. Contudo, enquanto no inglês o O_1 – o recipiente da ação verbal – é codificado como um SN no *slot* imediatamente posterior ao verbo e antes do O_2 , no PB, o recipiente é preferencialmente codificado antes do objeto direto (OD), como um pronome em posição pré ou pós-verbal ou como um sintagma preposicional (SPrep) em posição pós-verbal. Desse modo, se considerarmos a posição do objeto indireto (OI) em relação ao OD, temos dois padrões sintáticos diferentes associados ao mesmo significado central: um em que o OI precede o OD e outro em que

¹ A construção ditransitiva também é denominada construção dativa em trabalhos sobre o português ou sobre o inglês, quando o recipiente é codificado como Sintagma Preposicional.

o OD antecede o OI.² Há, então, duas estruturas diferentes codificando o mesmo domínio funcional, a saber, a expressão do significado de um evento de transferência.

Ao examinar as construções de estrutura argumental do inglês, Goldberg (1995) formula o Princípio da Não Sinonímia de Formas Gramaticais,³ o qual estabelece que se duas construções são sintaticamente distintas, tais construções devem ser também distintas semântica ou pragmaticamente. A linguista esclarece que os aspectos pragmáticos das construções envolvem peculiaridades relativas à estrutura da informação, como tópico e foco, e fatores estilísticos, como registro.

Este trabalho tem como objeto de estudo a construção ditransitiva e os padrões que a instanciam no português do Brasil. O objetivo é demonstrar que, embora os dois padrões que analiso expressem o mesmo conteúdo, eles diferem em termos pragmáticos. Nesse sentido, esses padrões constituem diferentes possibilidades de instanciação da mesma construção, e não duas construções distintas. Este artigo não pretende explicar a diferença entre a estrutura OI com pronome e a estrutura OI com SPrep, mas a ordenação do OI em relação ao OD.

É importante salientar que a construção ditransitiva é definida aqui como uma construção que consiste em um verbo que denota a transferência de uma entidade (T) de um agente (A) para um recipiente (R). Essa definição leva em conta o significado da construção, sendo irrelevante a manifestação formal de seus argumentos (MALCHUKOV; HASPELMATH; COMRIE, 2010). Nesse sentido, a construção ditransitiva é totalmente esquemática, já que não há material léxico especificado em sua representação.

Em termos de metodologia, a análise conjuga elementos quantitativos e qualitativos na investigação da construção ditransitiva. A fonte dos dados é o *Corpus Discurso & Gramática* – a língua falada e escrita na cidade do Natal (FURTADO DA CUNHA, 1998), do Rio de Janeiro (VOTRE e OLIVEIRA, 1998a) e de Niterói (VOTRE e OLIVEIRA, 1998b). Foram examinados dois tipos textuais, a saber,

² A sigla OI refere-se aos dois tipos de codificação – pronome ou SPrep – do objeto indireto em português.

³ Trabalhos anteriores também abordam a questão da sinonímia, ou a correlação entre forma e função, como Bolinger (1968), Givón (1985), Haiman (1985) e Langacker (1987), por exemplo.

narrativas e relatos de procedimento, nas modalidades falada e escrita, produzidos por estudantes do terceiro ano do ensino médio e estudantes universitários do último semestre.⁴ A escolha desses tipos textuais se justifica pelo maior ocorrência de instâncias da construção sob análise. Os outros tipos textuais que compõem o *corpus* – descrição e relato de opinião – não apresentaram um número significativo de exemplares. São contadas as frequências *type* e *token* (BYBEE, 2010) da construção ditransitiva, que são examinadas à luz de parâmetros como papel semântico, estatuto informacional, complexidade gramatical e ordenação dos argumentos.

A exposição está dividida em cinco seções. Após a introdução, são explicitadas as bases teóricas que dão suporte à investigação. Na sequência, descrevo o objeto de pesquisa e suas manifestações discursivas. A seguir, apresento as questões que norteiam o trabalho. Na seção 5, analiso o objeto indireto, com ênfase em aspectos semânticos e discursivo-pragmáticos. Fecho com as Considerações Finais.

2 Alinhamento teórico

A análise da construção ditransitiva segue os pressupostos teórico-metodológicos da Linguística Funcional Centrada no Uso⁵ (FURTADO DA CUNHA *et al.*, 2013) e da Gramática de Construções (GOLDBERG, 1995; CROFT, 2001; TRAUOGOTT; TROUSDALE, 2013).

A Linguística Funcional Centrada no Uso parte do princípio de que a estrutura da língua emerge à medida que esta é usada (BARLOW; KEMMER, 2000; BYBEE, 2010). A aparente regularidade e a instabilidade da língua são motivadas e modeladas pelas práticas discursivas dos usuários no cotidiano social (FURTADO DA CUNHA; TAVARES, 2007). Busca, pois, descrever e interpretar os fatos linguísticos com base nas funções (semântico-cognitivas e discursivo-pragmáticas) que desempenham nos diversos contextos de uso da língua, integrando sincronia e diacronia, numa abordagem pancrônica (BYBEE, 2010).

⁴ O Corpus Discurso & Gramática permite uma comparação confiável entre os mecanismos de codificação da fala e da escrita já que o mesmo estudante produz o mesmo texto sobre o mesmo assunto nas versões oral e escrita.

⁵ A Linguística Funcional Centrada no Uso corresponde, em termos teóricos, metodológicos e epistemológicos ao que Bybee (2010) denomina *Usage-based Linguistics*.

Sob esse viés teórico, a gramática é produto da estruturação de aspectos sócio-comunicativos e cognitivos da linguagem. Nesses termos, toma o fenômeno linguístico como processo e produto da interação humana, da atividade sociocultural (THOMPSON; COUPER-KUHLEN, 2005). A língua é concebida como um sistema adaptativo complexo, uma estrutura plástica, constituída, ao mesmo tempo, de padrões mais ou menos regulares e de outros que emergem, em virtude de necessidades cognitivas e/ou comunicativas (BYBEE, 2010). O sistema linguístico tem natureza eminentemente dinâmica, já que surge da adaptação das habilidades cognitivas humanas a eventos de comunicação específicos e se desenvolve com base na repetição ou ritualização desses eventos. Alguns dos fatores considerados nas análises são os efeitos da frequência de uso, os processos cognitivos envolvidos, a modelagem das estruturas linguísticas no contexto discursivo e as inferências pragmáticas que acompanham a língua na interação.

Formulada no quadro da Linguística Cognitiva, a Gramática de Construções (GC) defende o pressuposto de que a língua é constituída de pareamentos forma-significado, as chamadas construções, organizados em uma rede (GOLDBERG, 2006; LANGACKER, 2008). Nesse sentido, todas as unidades da língua são simbólicas – desde morfemas simples, passando por expressões idiomáticas, estruturas sintáticas (GOLDBERG 1995, 2006), até padrões textuais (ÖSTMAN; FRIED, 2005). Logo, o conceito de construção dá conta de um grande número de unidades linguísticas, dispostas num *continuum*, de modo que a distinção entre elas é gradiente e não discreta.

Há diferentes modelos linguísticos que seguem a abordagem construcional. Embora esses modelos não sejam idênticos, eles se unem em torno dos seguintes princípios gerais, compartilhados por todos: a unidade básica da gramática é a construção; a estrutura semântica é projetada diretamente na estrutura sintática; a língua, como outros sistemas cognitivos, é uma rede de nós e elos entre os nós; as associações entre esses nós são representadas na forma de hierarquias de herança; a estrutura da língua é moldada pelo uso.

A Linguística Funcional Centrada no Uso e a Linguística Cognitiva compartilham vários pressupostos teórico-metodológicos, como a rejeição à autonomia da sintaxe, a incorporação da semântica e da pragmática às análises, a não distinção estrita entre léxico e gramática, a relação estreita entre a estrutura das línguas e o uso que os falantes fazem

delas nos contextos reais de comunicação, o entendimento de que os dados para a análise linguística são enunciados que ocorrem no discurso natural, só para citar alguns. A gramática é vista como representação cognitiva da experiência dos indivíduos com a língua; portanto, ela pode ser afetada pelo uso linguístico.

Assume-se, pois, que a categorização conceptual e a categorização linguística são análogas, ou seja, o conhecimento do mundo e o conhecimento linguístico seguem, essencialmente, os mesmos padrões (TAYLOR, 1998; FURTADO DA CUNHA *et al.*, 2015). Sendo a categorização o processo cognitivo mais básico, por meio dela são estabelecidas as unidades da língua, seu significado e sua forma (BYBEE, 2010). De acordo com essa visão, as línguas são moldadas pela interação complexa de princípios cognitivos e interacionais que desempenham um papel crucial na mudança linguística, na aquisição e no uso da língua. Assim, a língua(gem) constitui um mosaico complexo de atividades comunicativas, cognitivas e sociais estreitamente integradas a outros aspectos da psicologia humana (TOMASELLO, 1998).

Uma tese central da Gramática de Construções (GOLDBERG, 1995) é que as orações simples são instâncias de construções de estrutura argumental, pareamentos de forma-significado que não dependem de verbos particulares. Esse entendimento é compartilhado por diferentes linguistas que adotam a abordagem construcional. As construções de estrutura argumental, que expressam cenas dinâmicas do mundo biossocial, são uma subclasse especial de construção que fornece os meios de expressão oracional em uma língua.

Em relação à estrutura argumental, o objetivo da GC é demonstrar que há atributos comuns entre predicados em construções específicas. As construções são padrões que existem independentemente dos predicados lexicais e dos argumentos que estes tomam. A língua é aprendida em *chunks*⁶ (BYBEE, 2010), e as construções são pares de forma e função (semântica, pragmática e/ou discursiva), aprendidas no uso, as quais variam em constituição (esquemáticas, parcialmente esquemáticas ou totalmente especificadas), tamanho, forma e complexidade. As

⁶ *Chunk* refere-se a sequências de palavras ou estruturas complexas que são acessadas como um todo, devido à co-ocorrência frequente dos elementos que as constituem. Essas estruturas correspondem a construções e expressões formulaicas, como *marcar consulta* e *feito colateral*, por exemplo.

construções de estrutura argumental, organizadas em torno de um determinado tipo sintático-semântico de verbo, formam um grupo de construções abstratas, que se relacionam em uma rede construcional. A proposta de Traugott e Trousdale (2013) contempla um sistema hierárquico organizado em três níveis: os esquemas são generalizações de nível mais alto, mais abstrato; os subesquemas, menos esquemáticos do que os esquemas, estão ligados ao sentido central da construção; as micro-construções representam tipos individuais de construção. As microconstruções são instanciadas por construtos (*tokens*), ocorrências empiricamente atestadas, instâncias de uso em uma ocasião particular, produzidas por um falante particular com um propósito comunicativo particular.

Interessado especialmente na relação entre descrição gramatical e tipologia linguística, Croft (2001) argumenta que as construções são específicas à língua e as categorias são definidas com relação a uma língua em termos das construções em que elas ocorrem. Assim, “verbo ditransitivo”, por exemplo, é uma categoria na construção ditransitiva do português.

Nesse modelo, portanto, a construção tem significado próprio, esquemático, parcialmente independente das palavras que a compõem, servindo, pois, como um esquema ou modelo que reúne o que é comum a um conjunto de elementos da mesma natureza (GOLDBERG, 1995). *Significado* compreende propriedades semânticas, pragmáticas e/ou discursivas relacionadas a uma determinada configuração estrutural, ou seja, todos os aspectos convencionalizados da função da construção, incluindo as particularidades da situação descrita no enunciado, as propriedades do discurso em que este ocorre e o próprio contexto de uso (CROFT, 2001).

Cada um dos padrões formais e seu significado associado forma uma construção. Assim, não há uma divisão estrita entre léxico e gramática. Quando falamos, selecionamos do léxico itens lexicais e construções, que contribuem, cada um deles, com um componente de significado, e os fundimos de uma maneira que pode ser inteiramente inovadora, lexicalizada em alguma medida, ou mesmo totalmente idiomática. As construções são adquiridas através de um processo de categorização baseado em instâncias aprendidas, de modo que padrões frequentes no uso interacional da língua são estocados como parte do repertório linguístico do falante.

O formato das construções reflete o mapeamento entre sintaxe e semântica. Além da estrutura sintática, uma construção deve especificar papéis argumentais, tais como agente, paciente e recipiente, assim como a interação semântica entre esses papéis. As construções também devem restringir as classes de verbos que podem ser integradas nelas (por exemplo, verbos de transferência, de movimento etc.), e deve especificar o modo como o tipo de evento verbal se relaciona ao tipo de evento da construção. O padrão sintático e as especificações semânticas de uma construção são, em princípio, independentes dos verbos que podem ser fundidos com ela, embora o evento evocado pelo verbo contribua para a interpretação da oração.

Na mesma linha, Tomasello (2003) se refere à concepção de construções linguísticas como esquemas cognitivos, isto é, procedimentos relativamente automatizados para atingir determinados objetivos comunicativos. Para esse autor, os formatos oracionais são motivados pela cognição humana, por meio do modelo de evento, e pela comunicação, mediante os objetivos e necessidades comunicativas dos interlocutores. A frequência de ocorrência de um dado formato serve para fixá-lo no repertório do falante e torná-lo uma unidade de processamento.

3 Instanciações da construção ditransitiva

No *corpus* sob análise, foram encontradas 380 ocorrências (312 na fala e 68 na escrita) de orações cujos verbos são acompanhados por um elemento tradicionalmente classificado como objeto indireto mais SN objeto direto. Esses verbos triargumentais são do tipo semântico de ação-processo (CHAFE, 1970; BORBA, 1996), pois denotam uma ação em que um sujeito animado, intencional, causa uma mudança no estado ou na localização do paciente, como no fragmento:

- (1) ... então eu observei isso em uma pessoa ... aí a gente queria entregar o prêmio a essa pessoa ... (D&G/Natal, p. 180, fala)

Os verbos de ação-processo representam um típico evento de transferência, em que um agente animado (Sujeito) transfere (= afeta, causando a mudança de localização ou de estado) um elemento paciente (Objeto Direto) para uma entidade humana recipiente (Objeto Indireto). No *corpus* examinado, foram atestadas 105 ocorrências (*tokens*) de verbos de transferência, distribuídas em 16 tipos (*types*), com 78 casos na

fala e 27 na escrita. Entre esses, o mais frequente (45 ocorrências, 42% do total) é *dar*, que representa o verbo de transferência prototípico. A prototipicidade de *dar* se deve ao fato de que sua semântica lexical (*i.e.*, sua moldura semântica) é idêntica à semântica da construção ditransitiva.

A postulação desse sentido central se justifica porque ele envolve transferência concreta, e não metafórica ou abstrata e, como já demonstrado diacrônica (TRAUGOTT, 1988; SWEETSER, 1990) e sincronicamente (LAKOFF; JOHNSON, 1980), significados concretos são mais básicos. Vejam-se alguns dados:

- (2) ... Quando o paciente e particular, ou seja, a consulta, o mesmo paga a consulta *eu dou-lhe o recibo* e, em seguida, o paciente se consulta [...] (D&G/Natal, p. 268, escrita)
- (3) tá lembrado dos detalhes da ... da tela *que você me presenteou?* (D&G/Natal, p. 152, fala)

As orações ditransitivas coletadas têm duas variações principais quanto à ordenação do objeto indireto em relação ao objeto direto. Assim, podemos ter dois padrões sintáticos: o OI é codificado antes do OD como um pronome em posição pré ou pós-verbal (4a) ou como um SPrep em posição pós-verbal (4b); o OI segue o OD, codificado como um SPrep após o verbo (5a) ou como um pronome antes do verbo (5b), conforme as amostras que seguem:

- (4) a. ... aí o garçom estava sabendo que eles estavam querendo me sacanear ...” desculpe a expressão ... aí pegou/ *me deu ... o ... o garfinho de sobremesa* ... (D&G/Niterói, fala)
- b. A minha amiga viu 2 lugares na frente e abriu a bolsa para pegar o dinheiro da passagem, até que o homem em voz baixa chamou a sua atenção, mostrou-lhe uma pequena arma e disse para ela *passar para ele, o dinheiro, relógio e pulseira*. (D&G/Rio, escrita)
- (5) a. mas aí ele insistiu muito pra ficar ... esses dias com ele ... aí ela disse que cobrava tanto ... se eu num me engano é assim ... que ela cobrava ou então ... depois que *ele deu o dinheiro a ela* ... mas parece que ela ... cobrou ... (D&G/Natal, fala, p. 241)

- b. Entrevistador: você tá lembrado dos detalhes da ... da tela que você me presenteou?

Informante: mais ou menos ... já faz tanto tempo ... é um bosque ... (D&G/Natal, fala, p. 152)

Esses padrões se manifestam tanto nas instanciações da construção ditransitiva que conceitualizam um evento de transferência concreta, de posse (sentido central) quanto naqueles que expressam uma atividade que pode ser metaforicamente interpretada como um evento de transferência (FURTADO DA CUNHA, 2015). No primeiro caso, temos verbos como *dar*, *presentear* e *passar*, entre outros.

No *corpus* investigado, além dos verbos diretamente vinculados ao sentido central da construção ditransitiva, foram encontrados outros que se afastam, em alguma medida, desse sentido, como *oferecer* (6), *deixar* (7) e *fazer* (8), relacionados ao grau de êxito da transferência. Note-se que a oração em que ocorrem se conforma ao padrão S V OD OI.

- (6) ... “você num me oferece esse lugar não?” (D&G/Natal, p. 106, fala)
- (7) ... ela acabou tomando comprimido e tudo pra morrer e nisso ele descobre e ela deixou um bilhete pra ele e qualquer coisa assim ... (D&G/Natal, p. 183, fala)
- (8) ... então ficou naquele negócio ... ela fazia as cartas pra pessoa que ela gostava e ainda tinha que responder de novo pra amiga ... (D&G/Natal, p. 183, fala)

A oração ditransitiva em (6) corresponde ao sentido B postulado por Goldberg (1995): condições de satisfação implicam que o agente faz com que o recipiente receba o paciente. A transferência só se completa se o recipiente aceitar o oferecimento. No segmento em (7), o verbo *deixar*, usado numa configuração ditransitiva, aproxima-se do sentido D: agente age para fazer com que o recipiente receba o paciente em algum ponto no futuro. O verbo *fazer*, codificado com ditransitivo em (8), está relacionado ao sentido F de Goldberg: agente tenciona fazer com que o recipiente receba o paciente. Com verbos de criação, como *fazer*, não há certeza ou garantia de que o recipiente necessariamente receberá o objeto criado pelo agente com essa intenção. Como se pode ver, a

construção ditransitiva se associa a uma família de sentidos distintos mas relacionados, formando uma rede, conforme prevê a Gramática de Construções (GOLDBERG, 1995). A Figura 1 exemplifica a hierarquia construcional da construção ditransitiva.

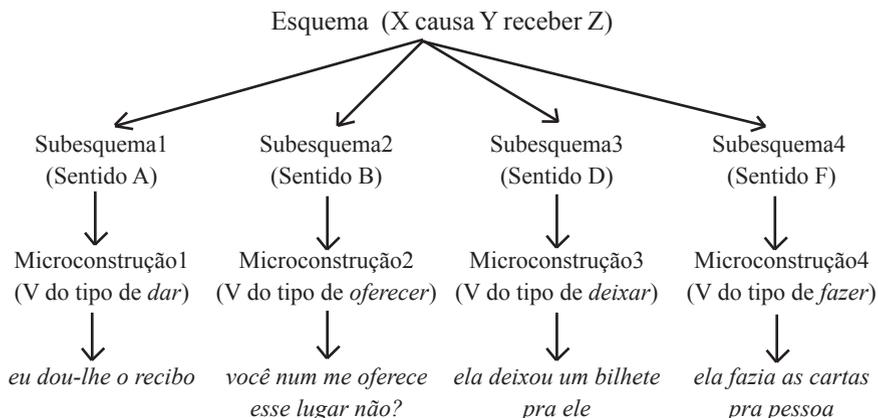


FIGURA 1: Hierarquia construcional da CD

O exame dos dados evidencia que a construção ditransitiva pode associar-se a um conjunto de sentidos diferentes, mas relacionados, para cobrir um amplo âmbito de significados. As extensões a partir de uma construção básica são motivadas e são adquiridas como parte do nosso conhecimento da língua. Cabe observar que, nos subesquemas dessa construção, a transferência é restringida de algum modo, e portanto eles podem ser considerados como extensões polissêmicas da CD. Logo, os elos polissêmicos dizem respeito ao nível dos subesquemas, não ao nível das microconstruções. Em termos de esquematicidade, $[[S V OD OI] \Leftrightarrow [X causar Y receber Z]]$ é mais esquemático do que o subesquema $[[S fazer OD OI] \Leftrightarrow [X Tencionar Y receber Z]]$, já que o primeiro generaliza sobre verbos (V), enquanto o segundo especifica um verbo particular (*fazer*) com posições gerais.

Quanto à transferência abstrata, a construção ditransitiva sanciona verbos do tipo *dicendi* (*dizer, contar, falar* etc.), em que aquilo que é dito (OD efetuado)⁷ é transferido para um interlocutor (OI recipiente),

⁷ O objeto direto de um verbo de enunciação, como *contar*, é criado pela ação do verbo, e não transformado, como acontece com o objeto dos outros verbos de ação-processo. Hopper (1985) chama esse caso de *objeto efetuado*, para distingui-lo de objeto afetado.

como em (9). Por meio de uma metáfora comum, a fala sairia, como em movimento, de um falante para um ouvinte; o ouvinte é o destino final da ação.⁸ Daí servirmo-nos da preposição *para* em construções coloquiais como *ele falou isso para mim*.

No *corpus*, os verbos *dicendi* correspondem a 279 dados, 238 na fala e 41 na escrita, distribuídos em 17 tipos. O mais frequente é o verbo *contar*, com 160 ocorrências (57%)⁹. Seguem alguns dados:

- (9) então seu amigo começou a dá em cima dela, mais ela não aceitou, mas seu amigo *contou-lhe uma estória mentirosa ...* (D&G/Natal, p. 266, língua escrita)
- (10) ele passou muitos dias assim ... sabe? aéreo ... [...] e num dizia pra onde ia ... saía sem camisa ... ia pro supermercado fazer feira ... ia assim por instinto ... sabe? *num dizia nada pra ninguém ...* (D&G/Natal, p. 224, língua falada)
- (11) ele começou a ver de novo esse cara e *falou pra esse velho também que tava vendo esse cara* e começou a falar né ... (D&G/Natal, p. 30, língua falada)

É possível, portanto, agrupar os verbos de transferência (*dar, entregar, oferecer, mostrar*, por exemplo) com os verbos *dicendi*¹⁰ (*dizer, contar, perguntar, pedir*) na medida em que, semanticamente, eles compartilham o mesmo conjunto de papéis participantes: agente, paciente e recipiente. Em outras palavras, esses verbos têm a mesma

⁸ Esse é um caso de metáfora do conduto, definida por Reddy (1979). Ela opera quando o falante “insere” seu conteúdo mental (ideias, significados, conceitos etc.) em recipientes (palavras, frases, orações etc.), cujo conteúdo é então “extraído” pelo seu interlocutor para que a unidade linguística seja interpretada.

⁹ A recorrência de verbos *dicendi* está relacionada ao tipo de amostra examinada: entrevista semiplanejada em que o informante é estimulado a narrar experiências pessoais ou histórias que leu ou ouviu. Daí a alta frequência de verbos como *contar, dizer, falar*. *Contar*, especificamente, ocorre toda vez que uma entrevista começa, quando a entrevistadora estimula o estudante a produzir seu discurso: “eu queria que agora você me contasse uma história que tenha acontecido com você”.

¹⁰ Haspelmath (2015) refere-se aos verbos *dicendi* como verbos de transferência cognitiva

estrutura argumental ou a mesma moldura semântica e, portanto, estão incluídos no domínio ditransitivo.¹¹

A noção de construção pode explicar o agrupamento dos verbos de transferência concreta (*dar, entregar, oferecer, etc*) e os verbos *dicendi*, de transferência metafórica (*dizer, contar, falar, etc*). Segundo Goldberg, a construção é um pareamento forma-significado que não depende de verbos particulares. Em outras palavras, a própria construção tem significado, independentemente das palavras que a constituem, servindo como um esquema que reúne o que é comum a um conjunto de predicados. Sob essa abordagem, a interpretação total de uma oração depende do sentido da construção e do significado do verbo que está integrado nessa oração.¹²

Há, pois, uma relação icônica entre estrutura conceptual (representada pelo evento de transferência) e estrutura linguística (oração ditransitiva). Para Givón (2001), o fato de que os tipos de oração e sua estrutura argumental característica são, em grande medida, determinados pela classe semântica – e também sintática – do verbo exemplifica a vinculação isomórfica entre forma e função.

4 Correlação forma-função na construção ditransitiva

Do total de 380 orações ditransitivas, 30 (8%) têm objetos anafóricos, situação em que não se pode determinar a ordenação do OI ou do OD, como segue:

¹¹ Outros autores (BERLINCK, 1996; MATEUS et al., 2003, por exemplo) também agrupam os verbos ditransitivos em termos dos papéis temáticos dos seus argumentos.

¹² A rede hierárquica para a CD parece ser semanticamente mais complexa do que a apresentada na Figura 1. No *corpus* investigado, foi esse o padrão de polissemia encontrado. É possível que a ampliação do material de análise permita verificar outras instanciações dessa construção. A esse respeito, ver Soares da Silva (2006).

TABELA 1
Objetos indireto e direto anafóricos

	TRANSF. CONCRETA	TRANSF. ABSTRATA	TOTAL
OI ANAF.	1	1	2
OD ANAF.	13	15	28
TOTAL	14	16	30

Descartando os casos de objeto anafórico, em termos quantitativos, a análise do *corpus* forneceu os seguintes resultados:

TABELA 2
Ordenação do OI em relação ao OD

	TRANSF. CONCRETA	TRANSF. ABSTRATA	TOTAL
OI OD	41	105	146 (42%)
SPrep OD	4	100	104 (30%)
OD OI	4	19	23 (6%)
OD SPrep	38	39	77 (22%)
TOTAL	87	263	350 (100%)

Se considerarmos somente a posição do OI e do OD, independentemente da codificação morfológica do OI (SN pronominal ou SPrep), 250 (71%) dos dados apresentam a ordenação OI OD, enquanto 100 (29%) têm ordenação OD OI. As 30 (8%) orações restantes dão conta dos casos de objeto direto ou indireto anafóricos. Nota-se, portanto, uma preferência acentuada pelo posicionamento do objeto indireto antes do direto.

Tendo em vista as manifestações diversificadas da construção ditransitiva no PB e acatando a hipótese da não sinonímia, a questão que se coloca é: por que tal variação ocorre? Essa pergunta envolve duas outras estreitamente relacionadas: (i) que fatores motivam a escolha de uma ordem ou outra? (ii) a que função ou funções a ordenação dos participantes serve? Para responder a primeira questão, focalizo o

status informacional, o papel semântico e a complexidade gramatical de OI e OD e sua inter-relação. Quanto à(s) função(ões) das diferentes ordenações, considero as vantagens em termos de produção do falante e recepção do ouvinte.

5 Comportamento semântico e pragmático do OI

Nesta seção, vou observar mais detidamente o comportamento semântico e pragmático do OI das orações ditransitivas coletadas no *corpus* D&G.¹³

De um ponto de vista semântico, em 378 (99%) das orações examinadas, o SPrep é humano (1-6, p. ex.). No fragmento em (12), porém, o verbo *dar* é usado no sentido de transferência metafórica, em que o OD (*uma ideia de volume*) é “movido” para o SPrep (*a essa onda*), que se afasta do recipiente típico, na medida em que não é humano ou, ao menos, animado. Temos, aqui, o papel semântico meta.

- (12) ... falta algumas ... alguns detalhes nesse mar ... é:: dá um ... falta ... dar uma ideia de volume a essa onda ... o é:: talvez você jogar um azul da prússia aqui mais forte ... um mais claro ali ... e um mais claro ali ... você consiga ... (D&G/Natal, p. 135, fala)

Assim, apesar de a oração conformar-se ao padrão estrutural S V OD SPrep, ela se desvia do sentido prototípico da construção ditransitiva porque seus argumentos não desempenham os papéis temáticos previstos para ela. Nesse sentido, a implicação de transferência não é um fato independente das palavras envolvidas, mas resulta diretamente da própria construção ditransitiva.

É interessante observar que, mesmo um verbo prototípico da construção ditransitiva, como é o caso de *dar*, pode originar usos produtivos mais metafóricos, desde que o sentido central de transferência entre um agente intencional e um recipiente “acolhedor/receptivo” se mantenha. A esse propósito, veja-se:

¹³ Em sua análise translinguística da construção ditransitiva, Haspelmath (2015) argumenta que o comportamento dos dois argumentos – recipiente e tema – é muito variável, tanto dentro da mesma língua quanto em línguas diferentes.

- (13) Eu tive uma crise de garganta muito grande, daquelas, que eu não podia engolir a saliva e nessa fase *ele me deu muito apoio* e eu pude retribuir quando ele teve catapora, [...]. (D&G/Natal, p. 266, escrita)

Na oração ditransitiva em (13), o sujeito (*ele*) age intencionalmente de modo que o referente do objeto indireto (*me*) “receba” o SN *muito apoio*, concebido como uma entidade concreta. Temos, aqui, um *chunk* (BYBEE, 2010), em que ‘X dar apoio a Y’ se fixou a partir da frequência de uso de *dar* seguido de *apoio*. Embora a expressão *dar apoio* seja relativamente fixa, suas partes internas ainda são identificáveis, o que se evidencia pela possibilidade de acrescentar modificadores entre elas (*muito apoio*). Vale observar que as construções com *dar*, como em (13), em que esse verbo atua como verbo-suporte ou verbo-leve (NEVES, 1996, 2000; TROUSDALE, 2008; CASTILHO, 2010, entre outros) apresentam graus variáveis de idiomaticidade.¹⁴

Na grande maioria dos dados, o OI desempenha o papel temático de recipiente da ação denotada pelo verbo, como se pode ver nos fragmentos de (1-6). Esse resultado não surpreende, já que o evento de transferência evoca um recipiente humano capaz de receber a coisa transferida. No entanto, à medida que o verbo da oração se afasta do sentido central da construção ditransitiva, o SPrep não se comporta como um recipiente prototípico. Observe-se o dado (14):

- (14) ... nesse dia não houve aula e o professor me chamou pra fazer uma limpeza geral no laboratório ... chegando lá ... *ele me fez uma experiência* ... (D&G/Natal, p. 50, fala)

A moldura semântica de *fazer* não implica um recipiente, já que esse verbo não designa, necessariamente, um evento de transferência; contudo, ele pode ser usado numa oração ditransitiva, como em (14). Assim, esse participante “adicional” não tem *status* argumental, não é

¹⁴ Nas construções com *dar* mais ou menos idiomáticas, resultado do processo de *chunking* (BYBEE, 2010), as funções do verbo e do SN que o segue se alteram, o que leva à reinterpretação da construção como um todo. O verbo se esvazia do seu sentido lexical pleno e passa a concentrar apenas informações gramaticais, como tempo, modo, aspecto, voz e concordância com o sujeito. Não nos aprofundaremos na análise dessas construções aqui, dadas as limitações de espaço.

exigido, semântica ou sintaticamente, pela valência mínima do verbo, e é licenciado pela própria construção. Dependendo da classe semântica do verbo, as orações ditransitivas produzem diferentes implicações quanto ao papel temático do OI. Nesse dado, o objeto (*me*) desempenha o papel de beneficiário, sendo caracterizado, como o recipiente, pelo traço [+humano].

Um aspecto típico dos eventos de transferência é que o recipiente geralmente faz algum uso da coisa transferida em seu próprio benefício. Esse aspecto está presente como parte da moldura semântica maior associada a esses eventos, relacionando-se a uma etapa cronologicamente posterior do ato de transferir. Por esse motivo, a construção ditransitiva pode integrar o SPrep beneficiário, marcando-o do mesmo modo que o recipiente.

No *corpus* D&G, dos 380 objetos indiretos apenas 5 (1%) não são recipientes, papel prototípico desse argumento na construção ditransitiva.

Outro ponto a ser ressaltado é que, além das generalizações semânticas, existem também generalizações sobre as propriedades da estrutura informacional da construção. As categorias de estatuto informacional, como dado e novo (PRINCE, 1981), são relevantes na ordenação dos argumentos, uma vez que o fluxo da informação reflete aspectos cognitivos e sociais do modo como as pessoas embalam o conteúdo ideacional enquanto se comunicam. Assim, a identificabilidade de um referente tem a ver com aquilo que o falante assume que seu ouvinte pode identificar. O estado de ativação de um referente na mente dos interlocutores se relaciona com o modelo do falante a respeito do estado cognitivo corrente do ouvinte: ativo, semiativo, inativo (CHAFE, 1987, 1994). A possibilidade de rastreamento de um participante no discurso dá conta tanto da introdução de um referente no contexto comunicativo como da continuidade de uma menção anterior.

Desse modo, as suposições do falante sobre o estado de ativação do conhecimento do ouvinte no momento da fala refletem-se na estrutura da oração ditransitiva. Há, pois, uma tendência estatística para que o argumento recipiente já tenha sido mencionado no discurso precedente (geralmente codificado por pronome), o que lhe atribui uma proeminência maior do que sua ocorrência num SPrep.¹⁵ Neste trabalho, vou utilizar

¹⁵ Note-se que, mesmo em ocorrências nas quais o OI vem depois do OD, como em (5), o OI codifica informação velha, o que parece confirmar sua saliência discursiva, ligada ao fato de que o referente desse argumento é predominantemente humano.

o critério textual para rastrear as menções ao argumento recipiente (PRINCE, 1981).

No que diz respeito à perspectiva pragmática, dos 380 objetos indiretos, 377 (99%) codificam informação textual (4b, 5a, 8, 9, 15, p. ex.) ou situacionalmente dada (4a, 5b, 7, 14 e 16, entre outros), logo, contínua, nos textos examinados, o que evidencia a natureza nuclear desse argumento.

(15) ... então tinha um cara lá ... esse já era doente ... ele já era tuberculoso ... já tava com os dias contados ... que ele fez ... resolveu antecipar ... resolveu antecipar sua morte ... comprando ... vendendo sua vida a esse advogado ... (D&G/Natal, p. 54, fala)

(16) ... faz o seguinte ... você ... eu te dou o dinheiro ... você não me perturba mais ... tá bom? (D&G/Rio, fala)

Em meus dados de língua em uso, é somente no material falado que ocorrem três OI introdutores de informação nova no texto, morfologicamente expressos por Prep + SN, como em (17-18), ao passo que todos os objetos indiretos na escrita representam informação velha ou dada. Uma vez introduzidos como OI, os referentes desse argumento persistem no texto, com funções idênticas ou não (*essa pessoa*, em (17) e *dele*, em (18)). A pequena quantidade de casos (apenas três) não possibilita explicar essa diferença entre fala e escrita.

(17) “... aí a gente queria entregar o prêmio a uma pessoa ... a gente vai chamar o pastor Martins que é pastor da igreja pra entregar o prêmio a essa pessoa” ... (D&G/Natal, p. 180, fala)

(18) eu estava fazendo um trabalho free-lancer assim ... pra um cara ... aí eu liguei pra casa dele pra/ que ele tinha que me pagar por esse trabalho ... (D&G/Rio, fala)

Para corroborar o estatuto informacional dado do OI, verifiquei o recurso utilizado para codificá-lo e obtive os seguintes resultados:

TABELA 3
Codificação do participante Objeto Indireto

	FALA	ESCRITA	TOTAL
PRO(nome)	134	43	177 (47%)
PREP + PRO	124	7	131 (34,5%)
PREP + SN	56	14	70 (18%)
∅	1	1	2 (0,5%)
TOTAL	315	65	380 (100%)

Há uma correspondência entre o *status* informacional dado de um participante e sua expressão formal, na medida em que os SN dados são mais frequentemente representados por anáfora pronominal. Como se pode ver na Tabela 3, tanto na modalidade falada quanto na escrita, o OI é predominantemente codificado como pronome pessoal (308 casos, 81% do total), precedido (131 ocorrências) ou não (177 dados) de preposição.¹⁶ Esses números comprovam sua persistência no texto e, conseqüentemente, sua importância discursiva.

No *corpus* analisado, predomina a preposição *para/prá* (171 ocorrências), tanto na fala (157 casos), como na escrita (14 casos), ao passo que *a* tem 30 ocorrências, 22 na fala e 8 na escrita (FURTADO DA CUNHA, 2015). Essas preposições funcionam como um marcador de argumento oblíquo. Não parece haver diferenças significativas entre SPrep introduzido por *para/prá* e SPrep com *a* no que diz respeito à ordenação dos argumentos. No primeiro caso, em 59% das orações predomina a ordenação OI OD, ao passo que com a preposição *a* temos 56% de OD OI. Esses números demonstram que a ordenação dos argumentos não é afetada pelo tipo de preposição do SPrep.

Ao tratar dos correlatos distribucionais e cognitivos da estrutura sintática, Givón (1995) afirma que os pronomes átonos, assim como as anáforas zero, são o recurso cognitivamente menos marcado para a codificação de um referente. O argumento é o de que esses pronomes e

¹⁶ No *corpus* analisado, predomina a preposição *para/prá* (171 ocorrências), tanto na fala (157 casos), como na escrita (14 casos), ao passo que *a* tem 30 ocorrências, 22 na fala e 8 na escrita (FURTADO DA CUNHA, 2015). Essas preposições funcionam como um marcador de argumento oblíquo.

essas anáforas codificam referentes maximamente contínuos, aqueles que estão ativados no momento corrente. Logo, eles não sinalizam mudança na operação cognitiva do estado de ativação em curso. O *status* tópico de um referente depende de sua (des)continuidade no discurso.

A alta ocorrência de OI codificado por pronome evidencia que este constitui um subtópico discursivo, ou tópico secundário, ao lado do tópico primário, representado pelo sujeito. Conforme Givón (1984), a principal manifestação de tópicos importantes no discurso é a continuidade. A própria possibilidade de referência anafórica do OI reflete sua topicidade e sua natureza informacional dada.

É importante ressaltar que dos 308 pronomes que codificam o OI, 200 (65%) referem-se à primeira pessoa do singular (*me* e *mim*, com 196 e 67 dados, respectivamente) ou do plural (*nos* e *a gente*, com 3 e 1 dados, respectivamente). Os outros 35% dos pronomes dividem-se entre a segunda (*te* e *você*, 52 ocorrências) e a terceira pessoa do singular (*lhe*, *ela* e *ele*, 58 ocorrências). Há, portanto, a prevalência do falante como participante dos eventos relatados, o que pode ser explicado pela hierarquia de referencialidade, tal como proposta originalmente por Comrie (1981) e depois por Croft (1990), entre outros. Também conhecida na literatura como hierarquia de animacidade, empatia ou indexibilidade, essa hierarquia posiciona os participantes do ato de fala (isto é, primeira e segunda pessoas) acima da terceira pessoa, os animados acima dos inanimados ou referentes mais tópicos acima de referentes menos tópicos.

As ideias de Benveniste (1976) sobre a subjetividade na linguagem e o papel dos pronomes na estruturação do discurso acrescentam um outro viés explicativo para a significativa frequência das formas pronominais de primeira pessoa no material analisado. Segundo esse linguista, todo texto é marcado pela subjetividade de seus autores. Em cada instância de discurso, há um dado sujeito que pode ser percebido pelas escolhas verbais, as quais também sinalizam a pessoa que enuncia. A categoria dos pronomes é a primeira a estabelecer e revelar a subjetividade no discurso. Para Benveniste, na primeira e na segunda pessoas, há, ao mesmo tempo, uma pessoa implicada e um discurso sobre essa pessoa. *Eu* designa quem fala e implica um enunciado sobre o *eu*. *Tu* é designado por *eu*, que enuncia algo como um predicado de *tu*. *Eu* é um signo único, mas móvel, que pode ser assumido por todo locutor, desde que ele só remeta à instância do seu próprio discurso. Tal propriedade é o

fundamento do discurso individual. A subjetividade se manifesta no uso da língua, já que é na instância de discurso na qual *eu* designa o locutor que ele se enuncia como sujeito. Assim, a proeminência discursiva da primeira pessoa nas orações examinadas revela a subjetividade inerente a toda produção discursiva, especialmente no caso dos tipos textuais selecionados neste trabalho. As narrativas de experiência pessoal e os relatos de procedimento, caracteristicamente, envolvem a primeira pessoa, que narra e relata fatos por ela vivenciados, assumindo, portanto, importante papel no discurso.

É possível, pois, estabelecer uma correlação, vinculada ao fator pragmático *status* informacional, entre foco da informação e ordenação dos argumentos tema e recipiente com relação ao verbo. Conforme os resultados das Tabelas 2 e 3, nos dados investigados, o OI se posiciona preferencialmente antes do OD (72% contra 28%, num total de 349 ocorrências),¹⁷ tanto na forma de pronome (146) quanto na de SPrep (104), independentemente do tipo de transferência – concreta (101 orações) ou metafórica (279 ocorrências) – veiculada pelo verbo. Desse modo, a preferência pela ordenação OI OD é indiferente tanto à pronominalização do OI como ao tipo de transferência indicada pelo verbo. Nessa linha, nas orações ditransitivas, é o participante OD que normalmente codifica a informação nova no discurso, sendo os referentes do sujeito e do objeto indireto previamente conhecidos.

Em suma, o OI é predominantemente humano/animado, enquanto o OD é geralmente não humano/inanimado. Há, também, uma forte tendência para o recipiente ser definido e mais tópico, ao passo que o OD tende a ser indefinido e menos tópico (GIVÓN, 1979; THOMPSON, 1990; HASPELMATH, 2015). Nesse sentido, Haspelmath observa que a relação entre R(ecipiente) e T(ema) de uma oração ditransitiva é similar à relação entre A(gente) e P(aciente) de uma oração monotransitiva, em que o A é tipicamente animado, definido e tópico, enquanto o P é tipicamente inanimado e não tópico, além de frequentemente indefinido.

Ainda com respeito à ordenação OI OD versus OD OI, vejam-se as seguintes amostras:

¹⁷ Foram excluídas dessa contagem 31 orações ditransitivas, das quais 28 têm OD anafórico, 2 apresentam OI anafórico e 1 corresponde àquele caso em que o SPrep funciona como meta.

(19) ... até que o homem em voz baixa chamou a sua atenção, mostrou-lhe uma pequena arma e disse para ela passar para ele, o dinheiro, relógio e pulseira. (D&G/Rio, escrita)

(20) ... fui pro colégio fazer essa prova pensando “poxa ... já pensou se ela me desse a mesma prova do quarto bimestre? Ah ... eu ficar emocionada ... ia passar na mesma hora ...” (D&G/Rio, fala)

Observe-se que, nas orações destacadas em (19) e (20), o objeto direto é mais pesado, em termos de número de sílabas, do que o indireto, daí seu posicionamento no fim da oração. Pelo mesmo motivo, o OI é colocado antes do OD oracional, o qual representa uma significativa quantidade de ocorrências no *corpus* (31% de 349):

(21) ... aí ele mostrou pra ela quais eram ... os frascos que ele tinha usado ... ela começou a rir... (D&G/Niterói, fala)

Outras pressões estruturais também atuam na ordenação dos argumentos objeto da oração ditransitiva. Assim é que todas as vezes em que o OD é expresso por um pronome relativo,¹⁸ como em (22), ele se posiciona antes do OI (15% dos casos):

(22) ... parece que uma moedinha de um cruzeiro que ... que ele tinha dado pra ela ... ela mostrou ... aí ela começou a ver que ela não tava mentindo ... (D&G/Natal, p. 180, fala)

As alternâncias formais envolvidas na ordenação do OI em relação ao OD dizem respeito a diferentes perspetivações da oração ditransitiva. Associada à organização da informatividade no discurso, a perspetivação refere-se ao modo como se distribui a atenção com respeito a uma cena referencial – o evento a ser comunicado – em uma determinada cena atencional – o evento de interação (TOMASELLO,

¹⁸ No *corpus* D&G, predominam orações ditransitivas com verbos *dicendi* (279 dados, contra 101 ocorrências de orações com verbos do tipo de *dar*). Conforme observado anteriormente, a alta frequência desses verbos está relacionada ao tipo de amostra examinada. A recorrência de *contar*, *dizer*, *falar* é responsável pelo grande número de OD oracional (105 dados, 28% do total) e OD codificado por pronome relativo (40 dados, 11%).

1999). Tem a ver, portanto, com a focalização de aspectos específicos de uma cena, motivada pelo ponto de vista a partir do qual o falante escolhe relatar essa situação.

Para Kay (2005), a flexibilidade tanto na codificação quanto na conceitualização é a principal razão por que a gramática parece arbitrária. Conceitualmente, há incontáveis maneiras de conceber um dado evento, e uma concepção particular de um evento pode se desviar do cânone em qualquer grau. Linguisticamente, uma variedade de recursos gramaticais, cada um com valores múltiplos agrupados em torno de um protótipo, está disponível como meio alternativo de codificar uma dada concepção. As propriedades objetivas de um evento são conseqüentemente insuficientes para predizer a estrutura gramatical de uma oração que o descreve.

O processo de tomada de perspectiva leva o locutor a selecionar diferentes elementos como foco do enunciado. Na oração ditransitiva, a posição preferencial do OI antes do OD comprova que é com esse referente que o falante empatiza (KUNO, 1980) ao transmitir o evento de transferência. O fato de esse referente ser tipicamente humano torna-o uma entidade proeminente na cena e permite que ele seja conceitualizado como um elemento mais figura do que a coisa transferida.

Dada a natureza antropocêntrica do discurso, as pessoas tendem a falar mais sobre humanos que são recipientes do que sobre não humanos que são temas (GIVÓN, 1979). Nesse sentido, é mais provável que os eventos e as situações sejam conceitualizados do ponto de vista das pessoas envolvidas do que em termos dos referentes não-humanos por elas afetados. A proeminência discursiva do OI reflete-se, também, na sua persistência no texto, em oposição à baixa continuidade do OD (FURTADO DA CUNHA, 2006).

5 Considerações finais

A construção ditransitiva constitui um tema particularmente interessante por causa da complexidade relativa do evento que ela representa. O evento de transferência tipicamente envolve três participantes – o transferidor, a coisa transferida e o recipiente. A relação entre esses participantes é variada e complexa: há uma interação entre um doador e um recipiente, entre um doador e uma coisa e entre um recipiente e uma coisa; uma mudança de posse; um movimento físico de uma coisa e, ainda, causação. A diversidade e a complexidade translinguísticas da

sintaxe e da semântica das orações com *dar*, verbo prototípico desse evento, são reflexos da complexidade interna do próprio evento.

De acordo com Haspelmath (2015), em muitas línguas a classe de verbos ditransitivos básicos é pequena, não indo além de verbos como *dar*, *mostrar*, *contar*. Para esse autor, a diferença mais saliente entre as línguas com relação à construção ditransitiva diz respeito ao alinhamento da codificação dos dois argumentos objeto, ou seja, se é o R ou o T que é codificado como o P (objeto direto) da oração monotransitiva. No caso do português, constata-se alinhamento indireto (*indirective*, em inglês), quando o R é codificado como um SPrep e o T é tratado como o P monotransitivo (como em (5a) *ele deu o dinheiro a ela*) e alinhamento secundário (*secundative*, em inglês), quando o R é tratado como o P monotransitivo e o T é tratado de modo especial (como em (5b) *da tela que você me presenteou?*). Não há, como no inglês, alinhamento neutro, quando R e T são tratados do mesmo modo (como em *Kim gave Lee the box*). Segundo Haspelmath (2015), os três tipos de alinhamento são encontrados nas línguas do mundo, embora o alinhamento indireto pareça ser particularmente comum na Eurásia.

Sob o prisma da interação humana, conforme Newman (2002), as línguas podem diferir quanto ao elemento selecionado como objeto sintático primário de verbos do tipo de *dar*. No inglês, por exemplo, pode ser o recipiente (*The principal presented Lee with an award*) ou a coisa transferida (*The principal presented the award to Lee*). No português, por outro lado, salvo quando expresso por pronome pessoal (177 ocorrências nas amostras examinadas), o argumento recipiente vem ligado ao verbo por preposição (201 dados). Todavia, em ambas as codificações, a posição preferencial desse elemento é antes do OD (146 ocorrências no primeiro caso e 104, no segundo). Como visto, essas alternativas de ordenação sinalizam diferentes perspetivações da oração ditransitiva. Para Newman, elas podem ser pensadas como a codificação de perspectivas cognitivas diferentes do ato de dar, as quais, seguindo Tuggy (1998), ele denomina interação humana e manipulação do objeto. A primeira perspectiva se correlaciona com o recipiente como objeto primário, enquanto a segunda se correlaciona com a coisa como objeto primário.

Retomando as questões de pesquisa apresentadas na Seção 4, em relação à primeira, a análise do material empírico demonstrou que (i) fatores discursivo-pragmáticos, como o *status* informacional dado,

e conseqüente continuidade discursiva desse participante, além da expressão da subjetividade do produtor do texto; (ii) semânticos, como o papel temático de recipiente do OI; e (iii) gramaticais, como o peso do OD, motivam a preferência pela ordenação do objeto indireto antes do objeto direto nas orações ditransitivas do PB.¹⁹

Quanto às funções a que os diferentes padrões da construção ditransitiva podem servir, defendo que a posição dos argumentos na oração pode trazer benefícios para o falante, para o ouvinte e para ambos (ARNOLD *et al.*, 2000). Sob o ângulo do falante, a ordenação reflete restrições de tempo real sobre a produção do enunciado, e é uma estratégia utilizada para dar conta das necessidades do enunciador. É possível também que o falante escolha a ordem do argumento para facilitar o processo de compreensão do receptor. Por fim, a ordenação pode desempenhar ambas as funções e, assim, ambas as motivações – os processos de produção e recepção – atuam em diferentes momentos da interação. Como o discurso falado é geralmente é construído sem planejamento, adiar elementos que são mais difíceis de produzir, como constituintes longos e complexos, dá ao falante mais tempo para formulá-los.

Há, também, vantagens na ordenação de referentes dados antes de novos, da perspectiva do falante e do ouvinte. Por um lado, começar uma oração com um referente que já foi mencionado antes fornece um elo entre o que já foi dito e o que vai ser dito, o que proporciona continuidade ao discurso, facilitando a compreensão do ouvinte. Além disso, como certas posições são preferencialmente usadas para a introdução de referentes novos, os falantes podem mais facilmente transmitir a seus interlocutores a informação nova que eles querem comunicar. Logo, colocar material novo, mais leve antes provavelmente facilita a compreensão, ao mesmo tempo em que esses elementos são supostamente mais fáceis de produzir.

¹⁹ Não foi feita uma ponderação dos três fatores – discursivo-pragmáticos, semânticos e gramaticais – que favorecem a ordenação OI OD. Isso exigiria uma análise quantitativa multifatorial aplicada a um *corpus* mais extenso, o que foge do escopo deste artigo. O propósito do texto foi mostrar a coatuação de fatores de diferentes níveis.

Referências

- ARNOLD, J. E. *et al.* Heaviness vs. newness: The effects of complexity and information structure on constituent ordering. *Language*, v. 76, n. 1, p. 28-55, 2000. <https://doi.org/10.1353/lan.2000.0045>. <https://doi.org/10.2307/417392>.
- BARLOW, M.; KEMMER, S. (Ed.). *Usage based models of language*. Chicago: University of Chicago Press, 2000.
- BENVENISTE, É. *Problemas de linguística geral*. São Paulo: Nacional/USP, 1976.
- BERLINCK, R. de A. The Portuguese dative. In: BELLE, W. V.; LANGENDONCK, W. V. (Ed.) *Case and grammatical relations across languages*. v. 2. Amsterdam: John Benjamins, 1996.
- BOLINGER, D. L. Entailment and the meaning of structures. *Glossa*, v. 2, p. 119-127, 1968.
- BORBA, F. *Uma gramática de valências para o português*. São Paulo: Ática, 1996.
- BYBEE, J. *Language, usage and cognition*. Cambridge: Cambridge University Press, 2010. <https://doi.org/10.1017/CBO9780511750526>.
- CASTILHO, A. T. de. *Gramática do português brasileiro*. São Paulo: Contexto, 2010.
- CHAFE, W. *Significado e estrutura lingüística*. Rio de Janeiro: Ao Livro Técnico, 1979.
- CHAFE, W. Cognitive constraints on information flow. In: TOMLIN, R. (Ed.). *Coherence and grounding in discourse*. Amsterdam: John Benjamins, 1987.
- CHAFE, W. *Discourse, consciousness and time: the flow of displacement of conscious experience in speaking and writing*. Chicago: University of Chicago Press, 1994.
- COMRIE, B. *Language universals and language typology*. Chicago: University of Chicago Press, 1981.
- CROFT, W. *Typology and universals*. Cambridge: Cambridge University Press, 1990.

CROFT, W. *Radical construction grammar: syntactic theory in typological perspective*. Oxford: Oxford University Press, 2001. <https://doi.org/10.1093/acprof:oso/9780198299554.001.0001>.

FURTADO DA CUNHA, M. A. (Org.) *Corpus Discurso & Gramática – a língua falada e escrita na cidade do Natal*. Natal: EDUFRN, 1998.

FURTADO DA CUNHA, M. A. Estrutura argumental e valência: a relação gramatical objeto direto. *Gragoatá*, v. 21, p. 115-131, 2006.

FURTADO DA CUNHA, M. A. O estatuto argumental do objeto indireto e a construção ditransitiva no português do Brasil. In: FURTADO DA CUNHA, M. A. (Org.). *A gramática da oração – diferentes olhares*. Natal: EDUFRN, 2015. p. 135-165.

FURTADO DA CUNHA, M. A.; TAVARES, M. A. *Funcionalismo e ensino de gramática*. Natal: EDUFRN, 2007.

FURTADO DA CUNHA, M. A.; BISPO, E. B.; SILVA, J. R. Linguística funcional centrada no uso: conceitos básicos e categorias analíticas. In: CEZARIO, M. M; FURTADO DA CUNHA, M. A. (Org.). *Linguística centrada no uso: uma homenagem a Mário Martelotta*. Rio de Janeiro: Mauad X/FAPERJ, 2013. PMid:24340137.

FURTADO DA CUNHA, M. A.; OLIVEIRA, M. R. de; MARTELOTTA, M. E. (Org.). *Linguística funcional: teoria e prática*. 2. ed. São Paulo: Parábola, 2015.

GARCÍA-MIGUEL, J. M.; COMESAÑA, S. Verbs of cognition in Spanish: Constructional schemas and reference points. In: SILVA, A. S. de; TORRES, A.; GONÇALVES, M. (Org.). *Linguagem, cultura e cognição*. v. 1. Coimbra: Almedina, 2004.

GIVÓN, T. *On understanding grammar*. New York: Academic Press, 1979.

GIVÓN, T. *Syntax. A functional typological introduction*. v. 1. Amsterdam: John Benjamins, 1984.

GIVÓN, T. Function, structure, and language acquisition. In: SLOBIN, D. (Ed.). *The crosslinguistic study of language acquisition*. v. 2. Hillsdale: Lawrence Erlbaum, 1985. p. 1005-1028.

GIVÓN, T. *Functionalism and grammar*. Amsterdam: John Benjamins, 1995.

GOLDBERG, A. E. *A construction grammar approach to argument structure*. Chicago: University of Chicago Press, 1995.

GOLDBERG, A. E. *Constructions at work*. Oxford: Oxford University Press, 2006.

HAIMAN, J. *Natural syntax: iconicity and erosion*. Cambridge: Cambridge University Press, 1985. <https://doi.org/10.1038/317106d0>. <https://doi.org/10.1038/315115a0>.

HASPELMATH, M. Ditransitive constructions. *Annual Review of Linguistics*, v. 1, p. 19-41, 2015. <https://doi.org/10.1146/annurev-linguist-030514-125204>.

HOPPER, P. J. Causes and effects. *CLS*, v. 21, p. 67-88, 1985.

KAY, P. Argument structure constructions and the argument-adjunct distinction. In: FRIED, M.; BOAS, H. (Ed.). *Grammatical constructions: Back to the roots*. Amsterdam: John Benjamins, 2005. p. 71-98. <https://doi.org/10.1075/cal.4.05kay>.

KUNO, S. Functional syntax. In: MORAVESIK, E. A.; WIRTH, J. R. (Ed.). *Syntax and semantics*. v. 13. New York: Academic Press, 1980.

LAKOFF, G; JOHNSON, M. *Metaphors we live by*. Chicago: University of Chicago Press, 1980. PMID:11661871.

LANGACKER, R. *Foundations of cognitive linguistics*. v. 1. Theoretical Prerequisites. Stanford: Stanford University Press, 1987.

LANGACKER, R. *Cognitive Grammar: A basic Introduction*. New York: Oxford University Press, 2008.

MALCHUKOV, A.; HASPELMATH, M.; COMRIE, B. Ditransitive constructions: a typological overview. *Studies in ditransitive constructions: a comparative handbook*, 2010. p. 1-64.

MATEUS, M. H. M. *et alii. Gramática da língua portuguesa*. Lisboa: Caminho, 2003.

NEVES, M. H. de M. Estudo das construções com verbo-suporte. In: KATO, M. (Org.). *Gramática do português falado VI: Desenvolvimentos*. Campinas: Ed. Unicamp/FAPESP, 1996. p. 119-54.

- NEVES, M. H. de M. *Gramática de usos do português*. São Paulo: Editora UNESP, 2000.
- NEWMAN, J. Culture, cognition, and the grammar of ‘give’ clauses. In: ENFIELD, N. (Ed.). *Ethnosyntax: Explorations in culture and grammar*. Oxford: Oxford University Press, 2002.
- ÖSTMAN, J.; FRIED, M. The cognitive grounding of Construction Grammar. In: ÖSTMAN, J.; FRIED, M. (Ed.). *Construction Grammars: cognitive grounding and theoretical extensions*. Amsterdam: John Benjamins, 2005, p. 1-13. <https://doi.org/10.1075/cal.3>.
- PRINCE, E. Toward a taxonomy of given-new information. In: COLE, P. (Ed.). *Radical pragmatics*. New York: Academic Press, 1981.
- REDDY, M. J. The conduit metaphor: A case of frame conflict in our language about language. In: ORTONY, A. (Ed.). *Metaphor and thought*. Cambridge: Cambridge University Press, 1979. p. 284-310.
- SOARES DA SILVA, A. Polissemia na sintaxe: o objeto indirecto e a construção ditransitiva. In: SOARES DA SILVA, A. *O mundo dos sentidos em português: polissemia, semântica e cognição*. Coimbra: Almedina, 2006. p. 245-264.
- SWEETSER, E. *From etymology to pragmatics: metaphorical and cultural aspects of semantic structure*. Cambridge: Cambridge University Press, 1990. <https://doi.org/10.1017/CBO9780511620904>.
- TAYLOR, J. R. Syntactic construction as prototype categories. In: TOMASELLO, M. (Ed.). *The new psychology of language*. New Jersey: Lawrence Erlbaum, 1998.
- THOMPSON, S. A. Information flow and “Dative Shift” in English. In: EDMONDSON, J.; FEAGIN, K.; MÜHLHÄUSLER, P. (Ed.). *Development and diversity: Linguistic variation across time and space*. Dallas: Summer Institute of Linguistics, 1990. p. 239-253. PMID:2382946 PMCID:PMC2499249.
- THOMPSON, S. A.; COUPER-KUHLEN, E. The clause as a locus of grammar and interaction. *Discourse Studies*, v. 7, p. 481-506, 2005. <https://doi.org/10.1177/1461445605054403>.

TOMASELLO, M. (Ed.). *The new psychology of language: cognitive and functional approaches to language structure* New Jersey: Lawrence Erlbaum, 1998.

TOMASELLO, M. *The cultural origins of human cognition*. Cambridge: Harvard University Press, 1999. PMCid:PMC1656717.

TRAUGOTT, E. C. Pragmatic strengthening and grammaticalization. *Proceedings of the Fourteenth Annual Meeting of the Berkeley Linguistic Society*, 1988. p. 406-416. <https://doi.org/10.3765/bls.v14i0.1784>.

TRAUGOTT, E. C.; TROUSDALE, G. *Constructionalization and constructional changes*. Oxford: Oxford University Press, 2013. <https://doi.org/10.1093/acprof:oso/9780199679898.001.0001>.

TROUSDALE, G. Constructions in grammaticalization and lexicalization: Evidence from the history of a composite predicate construction in English. In: TROUSDALE, G.; GISBORNE, N. (Ed.). *Constructional approaches to English grammar*. Berlin: Mouton de Gruyter, 2008. p. 33-67. <https://doi.org/10.1515/9783110199178.1.33>.

TUGGY, D. Giving in Nawatl. In: NEWMAN, J. (Ed.). *The linguistics of giving*. Typological Studies in Language, v. 36. Amsterdam: John Benjamins, p. 35-65, 1998. <https://doi.org/10.1075/tsl.36.03tug>.

VOTRE, S.; OLIVEIRA, M. R. (Org.) *A língua falada e escrita na cidade do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: UFRJ, 1998a. (reprod).

VOTRE, S.; OLIVEIRA, M. R. (Org.) *A língua falada e escrita na cidade de Niterói*. Niterói: UFF, 1998b. (reprod).